

PENSAR-ENTRE, ATIVAR O CAOS, A IMPREVISIBILIDADE E A CURIOSIDADE PARA PENSAR A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS, VERDADES E SUBJETIVIDADES NA INTERFACE ENTRE CURRÍCULOS E SAÚDE SEXUAL

Danilo Araujo de Oliveira¹

Universidade Federal do Maranhão

Tim Dean²

University of Illinois Urbana-Champaign

Marcio Caetano³

Universidade Federal de Pelotas

Anderson Ferrari⁴

Universidade Federal de Juiz de Fora

Talvez, quando pensamos em um dossiê, ou quando somos convidadas/as/os a escrever juntas/as/os, a primeira coisa que pode fazer algum sentido é de que há ali um conjunto de textos ou de argumentos que dizem de um *pensar igual*. Assim, algumas dúvidas podem surgir, como, por exemplo: *qual nível de coerência e argumentação que unem tantos/as autores/as que se dispuseram a pensar sobre algo?* Acreditamos aqui junto com Devis e Dean (2022, p. x) que ao propor um debate e nos articularmos a outres/as/os pesquisadoras/es para isso, o que é central é a predisposição para um *pensar-entre* “que não é exatamente um diálogo nem ainda uma síntese do que se poderia considerar nossas respectivas posições”.

A metodologia do “pensar-entre” (*thinking-between*) constitui uma abordagem epistemológica que recusa a síntese dialética e a autoridade acadêmica convencional, fundamentando-se na *relativização da expertise*. Ao articular a filosofia política de

¹ Doutor em Educação. oliveira.danilo@ufma.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3222-3172>

² Doutor em Inglês e Literatura Americana. timdean123@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0138-665X>

³ Doutor em Educação. mrvcaetano@gmail.com Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4128-8229>

⁴ Doutor em Educação. anderson.ferrari@ufjf.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5681-0753>



Jacques Rancière com a psicanálise freudiana, essa perspectiva reconhece que tanto o compromisso com a igualdade radical quanto a hipótese do inconsciente desestabilizam a noção de maestria do sujeito sobre o próprio saber. De modo parecido, Foucault (2006) também colocou sob questionamento a produção do saber, relacionando-o ao poder, e mostrando como as verdades são produzidas naquele jogo do verdadeiro e do falso. Assim, o ato de pensar é dramatizado como um processo que não busca uma voz unificada ou um consenso, pois a busca pela coerência discursiva, para Devis e Dean (2022), é interpretada, sob a lente psicanalítica, como uma forma de repressão de ideias disruptivas e uma imposição de hierarquias institucionais que são inerentemente hostis à igualdade.

A proposta deste dossiê emerge do desejo de produzir um campo de reflexão que não busque estabilizar sentidos, mas multiplicá-los. Inspirados pelo exercício de *thinking-between* proposto por Devis e Dean (2022), mobilizamos aqui uma escrita que se move entre perspectivas, saberes e experiências, recusando a pretensão de uma voz única e coerente sobre sexualidade, currículo e saúde. Esse gesto não busca sintetizar posições, mas criar fricções produtivas entre diferentes modos de pensar. Assim, este dossiê se constitui como um espaço de encontro entre pesquisas que interrogam os modos pelos quais conhecimentos, verdades e subjetividades são produzidos na interface entre currículos e saúde sexual, especialmente quando atravessados pelas experiências e existências LGBTQIAPN+.

No contexto das discussões sobre saúde sexual e biopolítica, o *pensar-entre* permite analisar a sexualidade humana como uma *perturbação* intrínseca, análoga à desordem democrática, como defendem Devis e Dean (2022), que resiste às tentativas de normalização e captura pela governança neoliberal. Ao tratar a autoridade autoral como necessariamente provisória, essa abordagem evita que o conhecimento sobre o sexo seja reduzido a uma psicologia normalizadora, como observado na transição da psicanálise radical para teorias de adaptação, ou a categorias estritamente identitárias que podem acabar por excluir a complexidade do prazer. Dessa forma, a produção de verdades sobre os corpos LGBTQIAPN+ é apresentada não como um dogma de especialistas, mas como uma multidão de vozes que preserva o caos e a imprevisibilidade necessários para a sustentação de uma prática democrática e sexual aberta à diferença.

Nesse movimento, reconhecemos que pensar currículo e saúde sexual exige

enfrentar o caráter perturbador e imprevisível que atravessa as sexualidades humanas. Como argumentam Tim Dean e Oliver Davis (2022), o chamado “ódio ao sexo” emerge da mesma fonte que o “ódio à democracia”: uma aversão profunda a aquilo que escapa às tentativas de domesticação e normalização. Em tempos marcados por retrocessos políticos, pela precarização de direitos e pela intensificação de discursos moralizantes sobre gênero e sexualidade, essa aversão torna-se particularmente visível. No Brasil contemporâneo, tal cenário se manifesta em disputas intensas sobre o que pode ou não ser dito, ensinado e vivido nos espaços educativos, transformando currículos em territórios privilegiados de regulação das sexualidades dissidentes (Caetano, Lima e Castro, 2019).

Essas disputas tornam-se ainda mais complexas quando observadas à luz da noção de biopolítica. Desde a formulação de Michel Foucault (2008), a biopolítica tem permitido compreender como os poderes contemporâneos se dedicam à gestão da vida, regulando corpos, prazeres e modos de existência. Na contemporaneidade, como sugere Nikolas Rose (2013), essa política da vida desloca-se para a administração das próprias capacidades de viver, produzindo novas formas de governo das populações. Nesse contexto, as experiências LGBTQIAPN+ tornam-se simultaneamente alvo de controle e espaço de invenção de novas subjetividades, evidenciando como a saúde sexual se constitui como um campo estratégico onde saberes biomédicos, políticas públicas, moralidades sociais e práticas curriculares se entrelaçam.

Um exemplo dessas transformações pode ser observado nas tecnologias biomédicas contemporâneas, como a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP), integrada à política de Prevenção Combinada do Ministério da Saúde. Ao permitir que indivíduos negociem novas formas de viver suas sexualidades com menos medo e maior autonomia, a PrEP desloca narrativas tradicionais sobre prevenção e evidencia tensões nos modos como a saúde sexual é ensinada e discutida nos currículos escolares e não escolares (Oliveira, 2021). Quando práticas educativas insistem na camisinha como única estratégia legítima de prevenção, ignorando avanços biomédicos e as experiências concretas de sujeitos LGBTQIAP+, produzem-se narrativas limitadas que reiteram regimes de verdade restritivos sobre sexualidade, prazer e cuidado.

Diante desse cenário, torna-se fundamental reconhecer que tanto a democracia

quanto a sexualidade humana compartilham uma dimensão constitutiva de desordem e imprevisibilidade. Conforme sugerem os autores mobilizados neste debate, tentar eliminar esse “caos” por meio da autoridade exclusiva de especialistas ou de discursos normativos não é apenas uma estratégia de controle, mas também uma forma de opressão fundada no medo da igualdade. Quando sexualidades são excessivamente reguladas por saberes que pretendem definir suas formas legítimas de existência, corre-se o risco de transformar o cuidado com a vida em dispositivos de normalização que silenciam experiências dissidentes.

Devis e Dean (2022), fundamentados na tese de Jacques Rancière, explicam que a desordem e a imprevisibilidade não são falhas da democracia, mas sim sua condição constitutiva e vital, pois ela representa o governo de “qualquer um”, rompendo com a ideia de que apenas especialistas ou elites teriam o direito natural de mandar. Essa “desordem” refere-se à energia centrífuga da participação popular que dispersa o poder e evita que ele seja monopolizado por instituições burocráticas. O “ódio à democracia” surge, portanto, como uma reação defensiva daquelas/es que temem essa igualdade radical, rotulando a participação da multidão como “caótica” ou “incapaz” para justificar o controle social e a imposição de uma ordem. Assim, longe de ser algo negativo, o reconhecimento desse “caos” democrático é o que garante que a política permaneça aberta à igualdade de capacidades, resistindo às tentativas de silenciar a pluralidade de vozes em nome de uma falsa coerência ou segurança absoluta.

Essa associação revela que o ódio ao sexo e o ódio à democracia compartilham uma raiz comum: a aversão profunda a tudo aquilo que escapa ao controle, à normalização e à domesticidade. Assim como a democracia é vista com suspeita por elites que temem a “desordem” inerente à participação da multidão, o chamado governo da “plebe” ou “ralé” (rabble), a sexualidade humana provoca uma reação defensiva do ego por sua capacidade de gerar uma perturbação ou um estilhaçamento que ameaça a coerência da identidade. Portanto, defender a sexualidade exige aceitar o mesmo nível de caos e imprevisibilidade que define a verdadeira prática democrática, reconhecendo que tanto o sexo quanto a política são domínios inerentemente sujos e desestruturantes. Tentar eliminar essa dimensão desordeira por meio de discursos de especialistas ou normas curriculares que buscam apenas o comportamento apropriado não é apenas um retrocesso pedagógico, mas uma forma

de opressão biopolítica que teme a igualdade radical de corpos e desejos que se recusam a ser domesticados pela governança neoliberal.

É nesse horizonte que este dossiê se inscreve. Ao reunir pesquisas que exploram a interface entre currículo e saúde sexual, buscamos ampliar os debates sobre os saberes, verdades e subjetividades que atravessam as experiências LGBTQIAPN+ em tempos de biopolítica. As contribuições aqui reunidas interrogam como avanços biomédicos, disputas políticas e práticas pedagógicas produzem diferentes modos de ensinar, aprender e viver a sexualidade. Mais do que oferecer respostas definitivas, este dossiê aposta na potência do pensamento crítico e interdisciplinar para tensionar os regimes de verdade que atravessam os currículos e para afirmar a importância de práticas educativas capazes de sustentar a complexidade, a diversidade e a imprevisibilidade que caracterizam a vida sexual e democrática.

As argumentações de Deborah Britzman (1999) articulam-se de forma potente ao pensamento de Davis e Dean (2022), especialmente ao desafiar a ideia de que o conhecimento sobre a sexualidade deve ser estável ou meramente informativo. Britzman (1999, p. 90) introduz o conceito de "paixão pela ignorância", definido como o "desejo paradoxal de não saber aquilo que já sabemos" e o "trabalho apaixonado da negação e da denegação". Para ela, essa paixão pela ignorância não é uma simples falta de informação, mas uma defesa ativa contra o conhecimento que perturba a coerência do ego, o que ressoa com a tese de Davis e Dean (2022, p. x) de que a busca por coerência muitas vezes serve para "reprimir as ideias mais interessantes" e disruptivas.

No campo do currículo e da saúde sexual, Britzman (1999, p. 90) critica como a educação formal transforma a sexualidade em uma "linguagem didática, explicativa e "dessexuada". Ela argumenta que a cultura escolar exige "respostas estáveis" (p. 85) e prioriza o ensino de fatos em detrimento da compreensão de questões íntimas, o que acaba por silenciar a curiosidade. Essa "vontade de saber" oficial, funciona frequentemente para conter e controlar as populações, operando como uma ferramenta de biopolítica que tenta normalizar o que é inerentemente desordeiro.

Assim, mobilizamos os escritos de Britzman (1999) e o "pensar-entre" de Davis e Dean (2022) numa aposta na valorização da curiosidade sexual como motor do pensamento. Britzman (1999, p. 89) defende que "sem a sexualidade não haveria

qualquer curiosidade e sem curiosidade o ser humano não seria capaz de aprender". Ela evoca os "pequenos investigadores do sexo" (Britzman, 1999, p. 93) de Freud para propor uma pedagogia que não busque fixar identidades através do saber, mas que aceite a sexualidade como uma alteridade que recusa as "regras da cultura". Ao invés de usar o conhecimento como uma forma de maestria ou autoridade inquestionável, Britzman (1999, p. 104) sugere que a educação deveria ser um estudo das "vicissitudes do saber, do poder e do prazer".

Nesse sentido, Britzman (1999) propõe que a aprendizagem significativa deve tolerar a incerteza e a *insuficiência do próprio conhecimento*. Ao reconhecer que "toda aprendizagem é também uma desaprendizagem" (p. 105), ela se aproxima da defesa de Davis e Dean (2022) sobre a *autoridade necessariamente provisória*. Ambas as perspectivas convergem para a ideia de que um currículo sobre saúde sexual não deve oferecer um "destino final", mas sim incitar uma *multidão de vozes* e questionamentos que desestabilizem a *docilidade da educação* e preservem o caos necessário para a liberdade e o cuidado de si.

O que nos aproxima também da distinção elaborada por Foucault (2006) entre o problematizador e o polemista. No pensamento do autor, a distinção entre o "problematizador" e o "polemista" reside na ética da busca pela verdade e na relação estabelecida com o outro. O polemista atua dentro de uma "ditadura da opinião", onde o direito à fala serve para encerrar o debate em vez de incitá-lo, permanecendo "investido dos privilégios que detém antecipadamente, e que nunca aceita recolocar em questão" (Foucault, 2006, p. 225-226). Para o polemista, o interlocutor não é um parceiro, mas um "adversário, um inimigo que está enganado [...] e cuja própria existência constitui uma ameaça" (Foucault, 2006a, p. 226). Esta postura aproxima-se da crítica de Davis e Dean (2022) sobre a busca pela *coerência discursiva*, que eles identificam como uma forma de repressão do que poderiam vir a ser as ideias mais interessantes e uma imposição de hierarquias hostis à igualdade. Assim como o polemista evita a desordem do pensamento, a governança neoliberal tenta domesticar a "perturbação" intrínseca ao sexo e à democracia através de discursos de especialistas que recusam a incerteza.

Em contrapartida, o "problematizador" engaja-se em um "jogo sério" de perguntas e respostas, onde qualquer autoridade é reconhecida como "necessariamente provisória". O problematizador exerce o direito de "não ter certeza,

perceber uma contradição" (Foucault, 2006a, p. 225) e transformar o próprio pensamento em um objeto de investigação. Essa abertura ao inacabado conecta-se à defesa de Deborah Britzman (1999) por um modo de pensamento estruturado pela *curiosidade*, que "recusa a segurança" e permite à pedagogia lidar com as "vicissitudes do saber, do poder e do prazer". Enquanto a cultura escolar muitas vezes exige "respostas estáveis", agindo de forma polemista ao privilegiar fatos em detrimento da compreensão, a problematização exige enfrentar a "paixão pela ignorância", o desejo de não saber o que já se sabe, para permitir que a aprendizagem seja também uma "desaprendizagem". Portanto, problematizar, no ensino e na saúde sexual, significa abraçar o "caos e a imprevisibilidade" que Davis, Dean (2023) e Britzman (1999) consideram vitais para uma prática de liberdade e para o cuidado de si.

Concluimos reafirmando o compromisso com este *pensar-entre*, uma abordagem que renuncia deliberadamente à ilusão de maestria e à busca por uma síntese final, por compreender, conforme Davis e Dean (2023) que a exigência de coerência muitas vezes acarreta a repressão das ideias mais interessantes e disruptivas. Ao assumirmos a postura do problematizador foucaultiano em vez do polemista, transformamos o pensamento em um "jogo sério" de perguntas e respostas onde qualquer autoridade é reconhecida como *necessariamente provisória*. Este processo exige enfrentar o que Deborah Britzman (1999) denomina "paixão pela ignorância", o desejo de não saber aquilo que perturba o ego, para permitir que a aprendizagem sobre saúde sexual e currículo seja, fundamentalmente, uma *desaprendizagem* das verdades normalizadoras e das linguagens didáticas "dessexuadas".

Ao convocar a multidão de vozes, em vez de uma voz autoral unificada, o dossiê não busca estabelecer um novo dogma especializado, mas sim dramatizar um pensamento aberto à *perturbação* e ao caos constitutivos tanto da sexualidade quanto da democracia. Este convite ao pensamento coletivo sustenta-se na *igualdade radical*, reconhecendo que devemos permitir que cada voz tenha o seu dizer e que a educação sexual deve ser indistinguível do *cuidado de si* como prática da liberdade. Somente ao aceitarmos a tensão de contrários e a imprevisibilidade do desejo poderemos enfrentar os retrocessos biopolíticos e fortalecer as subjetividades LGBTQIAP+ contra as tentativas de domesticação de seus corpos e prazeres.

A discussão sobre a sexualidade na contemporaneidade revela-se um exercício intrinsecamente ligado à manutenção e expansão da democracia, uma vez que o movimento LGBTQIAPN+ transformou-se em um “local de luta política” (Ferrari, 2004, p. 114) que busca ir além da invisibilidade para atingir o “espaço e o debate público” (Ferrari, 2004, p. 114). Como aponta Ferrari (2004), esse engajamento configura-se como uma “causa política” na qual a produção de conhecimento e o direito à fala estão diretamente “associada[s] à liberdade”, aproximando-se de uma perspectiva de futuro que desafia as heranças proibitivas do passado. Ao produzir saber sobre o desejo e lutar por visibilidade, o movimento assume um caráter transgressor que “desestrutura a lei e antecipa a liberdade futura” (Ferrari, 2004, p. 114), evidenciando que a construção de uma sociedade mais justa é um processo educacional contínuo que “só poderá ser construído pelo diálogo, pelo confronto e pela negociação com a sociedade mais abrangente” (Ferrari, 2004, p. 114). Portanto, discutir a sexualidade é projetar um futuro democrático que exige a coragem de “desafiar a ‘ordem estabelecida’”, instaurar o caos, a imprevisibilidade e a curiosidade. É exatamente o que este dossiê se propõe a fazer.

Referências

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: Louro, Guacira Lopes (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 83-112, 1999.

CAETANO, Marcio; LIMA, Carlos Henrique Lucas; CASTRO, Amanda Motta. Diversidade sexual, gênero e sexualidades: temas importantes à educação democrática. In: **Colloquium Humanarum**. ISSN: 1809-8207. 2019. p. 5-16. Disponível em <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/3179> Acesso em 6 mar. 2026

DAVIS, Oliver; DEAN, Tim. **Hatred of sex**. U of Nebraska Press, 2022.

FERRARI, Anderson. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, p. 105-115, 2004.

FOUCAULT, Michel. Polêmica, Política e Problematizações. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. p. 225-233.



FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Martins Fontes, 2008.

OLIVEIRA, Danilo Araujo de. **“Cavalgar sem sela”**: ensinamentos, demandas e incitações do currículo bareback em oposição às normas do uso do preservativo. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021

Agradecimentos: Agradecemos aos/às avaliadores/as deste dossiê pelo empenho, dedicação e seriedade no trabalho desenvolvido.

Agência financiadora: Não se aplica.

Contribuições das pessoas autoras: Danilo Araujo de Oliveira - Escrita – rascunho original; Anderson Ferrari, Marcio Caetano, Tim Dean - Escrita – revisão e edição.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação: Não se aplica.

Conflito de interesses: Inexistência de conflito de interesse.

Declaração de utilização de Inteligência Artificial: Declaramos inexistência de utilização de ferramenta de IA.

Pessoa autora correspondente: Danilo Araujo de Oliveira, UFMA, oliveira.danilo@ufma.br, Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966, no bairro Bacanga, na Cidade Universitária Dom Delgado, CEP 65080-805